

PORTARIA Nº 2470/2018

Dispõe sobre mudança de lotação de servidor efetivo.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 37 da Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017, que alterou a Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, c/c o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017, alterada pela Lei Estadual nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018, e ao apreciar o Processo Administrativo nº 8523585-16.2018.8.06.0000,

RESOLVE lotar o servidor RONALDO CASSIMIRO MARQUEZAN BERLEZE LORENZEN PIPPI, Técnico Judiciário, Área: Técnico – Administrativa, matrícula nº 22589, lotado na Coordenadoria de Fiscalização das Receitas, na Assessoria de Precatórios, a partir do dia 07 de janeiro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

s

Desembargador Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 2471/2018

Dispõe sobre renovação de cessão de servidores.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso III, da Lei 15.833, de 27 de julho de 2015,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8521602-79.2018.8.06.0000,

RESOLVE Autorizar a renovação das cessões dos servidores **YANNE MICHELLE AUSTREGESILIO DIOGENES SAID**, Técnica Judiciária, matrícula nº 4398 e **ELTON ALVES GURGEL**, Analista Judiciário – Área Judiciária, matrícula nº 1014, para continuarem a exercer as suas funções junto à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), pelo período de um ano, a partir de 01/01/2019, com ônus para a origem, mediante ressarcimento pelo órgão cessionário, conforme o que dispõe a Resolução do Órgão Especial nº 21/2017, que disciplina a cessão de servidor efetivo de Poder Judiciário do Estado do Ceará para órgão externo e dá outras providências.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 18 de dezembro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 2472/2018

Institui Grupo de Trabalho para implementação da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a solicitação da Exma. Desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, Coordenadora da Coordenadoria da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Estado do Ceará, constante do Procedimento Administrativo nº 8520477-76.2018.8.06.0000;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violências;

CONSIDERANDO, por fim, que o Depoimento Especial deve seguir procedimentos definidos na referida Lei, inclusive no que concerne à estrutura física adequada à acolhida humanizada de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho com finalidade de planejar, executar e monitorar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, ações necessárias à implementação da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, dentre elas:

I. Mapear dados sobre processos que envolvam crianças e adolescentes e que tramitam nas Varas Criminais, nas Varas do Júri, nas Vara de Delitos de Tráfico de Drogas e nas Varas da Infância e da Juventude;

II. Promover encontros intersetoriais com as unidades judiciárias e administrativas, a fim de aprimorar os fluxos de secretaria, em processos que figurem como parte a criança e/ou o adolescente;

III. Promover ciclo de palestras e divulgação de materiais atinentes à implementação da Lei;

IV. Apresentar projeto para a criação da Central de Depoimento Especial – CDE, bem como a criação de Núcleos Regionais;